

CPMI-PETRO

Requerimento

Nº 786/14



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO N.º 4, DE 2014 – CN, PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES ENVOLVENDO A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRÁS), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2014 E RELACIONADAS À COMPRA DA REFINARIA DE PASADENA, NO TEXAS (EUA); AO LANÇAMENTO DE PLATAFORMAS INACABADAS; AO PAGAMENTO DE PROPINA A FUNCIONÁRIO DA ESTATAL; E AO SUPERFATURAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2014

(Dos Senhores Carlos Sampaio e Izalci)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. **João Vaccari Neto**, tesoureiro nacional do PT, para prestar esclarecimentos.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional) de regência, requero seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. **João Vaccari Neto**, para prestar esclarecimentos.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e
Parlamentares de Inquérito

Recebido em 14/10/2014

As 12h45 horas

Rogério Faleiro Machado
Analista Legislativo
Mat. 256101

JUSTIFICAÇÃO



CONGRESSO NACIONAL

Na data de 08 de outubro de 2014, o doleiro Alberto Youssef e o ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, réus na Ação Penal n.º 5026212-82.2014.404.7000, prestaram depoimento ao juiz da 13.ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR.

Em seus depoimentos, ambos os réus revelaram pormenores do esquema de corrupção utilizado para desviar recursos da estatal e destiná-los aos cofres do PT e de partidos aliados, a diretores da Petrobras e ao próprio Alberto Youssef, durante os governos Lula e Dilma, no episódio que ficou conhecido como “Petrolão”.

Segundo declararam, o PT e alguns de seus aliados indicavam diretores para as áreas de Abastecimento, de Serviços, de Exploração e Produção, Internacional e de Gás e Energia da companhia e esses diretores, juntamente com Alberto Youssef, negociavam com fornecedores da Petrobras o percentual da propina, que era de 3%. Em troca do pagamento desses valores, garantia-se a obtenção dos contratos pelas empresas interessadas.

Alberto Youssef chegou a afirmar, a esse respeito, que as empresas interessadas em contratar com a Petrobras formavam cartel para participar das concorrências. De acordo com Youssef, não havia combinação prévia de preços, mas sim de vencedores: “Fixar preços eu não acredito, mas quem venceria o certame, tenho certeza”. Ainda segundo o doleiro, as empresas entregavam listas de quem participaria dos certames e esse material era encaminhado a Paulo Roberto Costa, que podia “tanto incluir quanto retirar” uma empresa da lista.

Paulo Roberto Costa confirmou que a Área de Serviços da Petrobras, dirigida por Renato Duque, indicado ao cargo em 2003 pelo então Ministro da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, também participava do esquema de corrupção.

Ao ser indagado sobre quem era o responsável por realizar a entrega ou a distribuição da propina relacionada àquela diretoria ao PT, Paulo Roberto Costa foi categórico ao afirmar que, dentro do partido, o



CONGRESSO NACIONAL

contato do Diretor de Serviços, indicado pelo PT, era com o tesoureiro do partido, o Sr. João Vaccari, com quem Renato Duque tinha uma ligação direta. Alberto Youssef também mencionou o nome de João Vaccari Neto como sendo o operador petista na Área de Serviços da Petrobras.

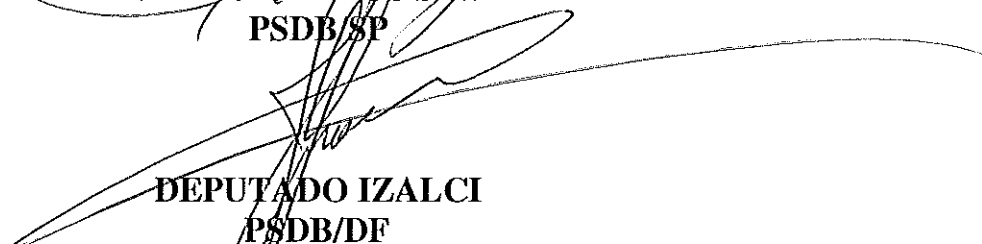
Alberto Youssef enfatizou, em seu depoimento, que não era o mentor ou o chefe da organização criminosa instalada na Petrobras, declarando que seria apenas uma “engrenagem” do sistema. “Tinha gente muito mais elevada acima disso”, afirmou, “inclusive acima de Paulo Roberto Costa, no caso, agentes públicos”.

Os novos fatos trazidos ao conhecimento público por meio dos depoimentos prestados em juízo por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef são extremamente graves e estão a demandar uma minuciosa e profunda investigação por parte desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Do exposto, reputa-se necessária a vinda de **João Vaccari Neto** para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2014.


DEPUTADO CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP


DEPUTADO IZALCI
PSDB/DF


DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY
PSDB/BA